

A globalização do m2: a disputa por um lugar na cidade

Adriana Lima^a

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar como se articulam os diferentes discursos sobre a cidade e apresenta como hipótese, de um lado, o mercado imobiliário e o turismo reivindicando o melhor aproveitamento do espaço e, de outro, os moradores que vivem e convivem com os diferentes tipos migratórios que disputam o espaço da cidade. No centro, o Estado como mediador em franca tentativa de conciliar as reivindicações de cidadãos e consumidores. O *corpus* da pesquisa é composto por recortes de jornais (impressos e digitais) portugueses sobre o tema a partir de duas datas simbólicas neste período emergente: A Lei de Alojamento (AL) em Lisboa (23/10/2018) e o cancelamento de vistos feito pelo Consulado Português no Brasil (18/10/2018). A lente de análise para este debate é a dos estudos de comunicação e consumo, considerado um terreno fértil para apontar diferentes posições e lugares de fala. Tomamos como orientação os autores Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos para articular as noções conceptuais sobre capitalismo, globalização e cidade e atualizar o debate sobre o tema.

Palavras-Chave

Comunicação e consumo; Capitalismo; Globalização; Cidade.

Abstract

This paper aims to identify how the different discourses about the city are developed and presents as hypothesis, on the one side, the real estate market and tourism claiming the best use of space and, on the other side, the residents who live and coexist with different migratory types that also compete for city space. In the center, the Government acting as a mediator in attempt to reconcile the demands of citizens and consumers. The *corpus* of the research is carried out by Portuguese printed and digital newspapers clippings about the theme from two symbolic dates in this emerg-ing period: The Housing Act (AL) in Lisbon (23/10/2018) and Visa Cancellation made by the Portuguese Consulate in Brazil (18/10/2018). The lens of analysis for this debate is that of communication and consumption studies, considered fertile ground to point out different positions and places of speech. We take as orientation authors Henri Lefebvre, David Harvey and Milton Santos to articulate the conceptual notions about capitalism, globalization and city and to update the debate on the theme.

Keywords

Communication and consumption; Capitalism; Globalization; City.

Introdução

O ano de 2018 foi emblemático para Lisboa. Primeiro foi o *Web Summit* que, na figura do seu *Chief Executive Officer* (CEO), Paddy Cosgrave, anunciou a permanência do evento na cidade até 2028. Porquê Lisboa? “*E que melhor cidade do hemisfério norte do que Lisboa, cidade da moda, do turismo e do empreendedorismo internacional?*”, foi a resposta do CEO. Em seguida, a cidade foi reconhecida com o prêmio *World Travel Awards*, considerado o Óscar do turismo mundial. Conquistou, pela primeira vez, a medalha de *Melhor Cidade Destino do Mundo*,

deixando para trás lugares como Londres, Nova Iorque, Paris, Rio de Janeiro, Sidney e São Petersburgo.

O cenário privilegiado é extensivamente publicizado e cria uma imagem de Portugal e, localmente, Lisboa como cidade do futuro. Assim, nosso objetivo com este trabalho é identificar como se articulam os diferentes discursos sobre a cidade e, mais especificamente, no que compete o direito à cidade e suas implicações em diversas instâncias: de um lado, o mercado imobiliário e o turismo reivindicando o melhor aproveitamento do espaço em defesa de incentivos governamentais que retornariam em benefícios para

^a Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Práticas de Consumo na Escola Superior de Propaganda e Marketing (Brasil) e investigadora estagiária de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 0001. E-mail: projetocidadefuturo@gmail.com.

a própria cidade e seus cidadãos. De outro lado, os moradores que vivem e convivem com os diferentes tipos migratórios (turistas, estudantes, descendentes ou, simplesmente, aqueles que estão em busca de uma oportunidade) que disputam o espaço da cidade. No centro, o Estado como mediador em franca tentativa de conciliar as reivindicações de cidadãos e consumidores. Neste sentido, tomamos como objetivos específicos: (i) compreender o contexto contemporâneo do espaço globalizado; (ii) identificar os mecanismos de produção de discurso sobre a cidade a partir das lentes dos estudos de comunicação e consumo; e, finalmente, (iii) refletir sobre a disputa por um lugar na cidade, atualizando o tema sobre o direito à cidade. Ressaltamos, ainda, que o nosso entendimento sobre esse direito configura-se além daquele que garante o acesso a bens públicos. Privilegiamos o espaço socialmente produzido, considerando a tríade “percebido-vivido-concebido” apresentada por Henry Lefebvre e que tem no cotidiano sua fundamentação. O direito à cidade, portanto, está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade (HARVEY, 2012 [2008]).

Colocar a cidade no centro não é por acaso. Pela primeira vez na história temos uma mudança no *locus* da atividade econômica: a mudança do eixo que residia na “cidade como lugar de negócio” para a “cidade como negócio” encontra resposta no papel de uma nova geografia urbana para a manutenção de padrões de rentabilidade. Para atrair capitais a partir do seu potencial de valorização, as cidades são reestruturadas e reproduzidas (revitalizadas); dessa forma, vende-se a cidade como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço quanto mais verossímil for essa imagem (SANTOS, 2006). Contornar as barreiras para a expansão do capital e o reinvestimento proveitoso (e lucrativo) do seu excedente tornam-se fatores determinantes para a urbanização capitalista. O que singulariza esse fenômeno na contemporaneidade é o facto de estar inserido em um cenário global. Esse tipo de globalização contemporânea conforma a interdependência dos lugares, a planetarização dos sistemas técnicos dominantes e o imaginário da velocidade como um dado irreversível na produção da história (SANTOS, 2008[2000]). Em outras palavras, são lugares em “movimento” (URRY, 2007). Não se trata de um processo de desterritorialização pós-nacional e o fim dos Estados como recipientes para a sociedade, mas de uma “retórica da circulação” que implica o en-

dosso de discursos sobre o enriquecimento multicultural, liberdade, mobilidade, comunicação e hibridismo cultural (id.). Esse cenário leva-nos a prestar especial atenção às coações econômicas e garantias políticas que limitam ou promovem essa circulação. E considerando a globalização e a conseqüente cosmopolitização das experiências como espaços privilegiados para os estudos da comunicação e do consumo, esta será nossa lente de análise e deverá nortear nossa questão de fundo: como atualizamos o direito à cidade em um cenário global?

Para dar conta de tal empreitada, tomamos como referencial teórico os autores: Henry Lefebvre (direito à cidade), David Harvey (produção capitalista do espaço) e Milton Santos (por uma outra globalização). E, de forma complementar, dialogamos com outros autores como John Urry (paradigma da mobilidade) para dar sustentação às nossas reflexões sobre os discursos em disputa.

O texto está dividido em três partes que direcionam para uma reflexão final. A primeira trata do contexto em que emerge a globalização do espaço urbano. Qual o funcionamento desse sistema e os discursos implicados? Neste cenário, a ênfase recai sobre a produção capitalista do espaço versus o paradigma da mobilidade e dos fluxos. Na sequência, tratamos dos discursos em disputa: o consumo da cidade ou a cidade do consumo? O *corpus* da análise tem como base os discursos em jornais portugueses sobre o tema a partir de duas datas simbólicas neste período: a Lei de Alojamento (AL) em Lisboa (23/10/2018) e o cancelamento de vistos feito pelo Consulado Português no Brasil (18/10/2018). A dimensão da comunicação e do consumo na construção desses discursos nos auxiliará na identificação de uma narrativa universal que fixa os lugares (e segrega) nos espaços da cidade. A terceira e última apresenta o conceito de direito à cidade, tão caro em nossos dias, na forma de uma proposta em três categorias: os diálogos, os debates e os embates. Em outras palavras, procuramos atualizar o tema a partir dos movimentos discursivos do mercado, do Estado e do sujeito na cidade. Existiria uma forma de se apoderar da cidade que não passe pelo sistema privado? Essa pergunta direciona para as considerações finais do artigo, em que respondemos aos objetivos de investigação e apresentamos as reflexões sobre o que significa o direito à cidade hoje.

Esperamos com este trabalho contribuir para o debate sobre a complexidade da construção de um modelo de cidade no século XXI.

A globalização do espaço urbano

A cidade tornou-se palco das mais variadas investidas, não somente de ordem arquitetônica e urbanística, mas também, de toda a sorte de intervenções econômicas, sociais, culturais e políticas. Isso reflete uma análise prospectiva que aponta para uma população urbana que deverá duplicar em 2050 com o conseqüente aumento da precariedade das condições de vida oferecidas pelas cidades e grandes metrópoles. Na emergência de um novo paradigma que abarque as contradições impostas, sociólogos como Carlos Fortuna (2001[1997]) apontam para a (inevitável) necessidade de se construir não apenas "mais" cidades, mas também "melhores" cidades. E a questão central colocada e que nos é cara é a de saber se seremos capazes de construir a cidade que imaginamos.

Deparamo-nos com a necessidade de desvendar os conteúdos mais profundos do processo de urbanização a partir das contradições colocadas em movimento constante entre forças de resistência e transformação. Isso implica tratarmos do conceito de globalização e suas determinações no espaço urbano. E o que molda a política do capitalismo global é a perpétua necessidade de encontrar territórios férteis para a geração do lucro e para seu reinvestimento. Deste modo, podemos inferir que o consumo da cidade e as lógicas do habitar encontram-se inseridos em diferentes reflexões urbanísticas, isto é, uma racionalidade operacional sobre a cidade. Esse racionalismo passa pelo que Harvey (2005 [2001]) define como "produção capitalista do espaço": tanto a expansão quanto a concentração geográfica são produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação do capital. Mas será que os valores herdados deste racionalismo são compatíveis com as grandes transformações em curso, como o movimento de desterritorialização e os novos princípios de organização do espaço baseados na ideia de fluxos - de mercadorias, de capitais, de bens, de pessoas, de informação?

Teóricos como David Harvey (2014 [2012]) apontam para o facto de que a financeirização da economia e as inovações tecnológicas, marcas da globalização, permitem a mobilidade necessária dentro desses fluxos de mercado. Neste sentido, a globalização sugere uma interdependência econômica, incorporando diferentes nações e diferentes setores dentro de cada nação, porém, sua relação com as culturas locais e regionais não pode ser pensada como se apenas procurasse homogeneizá-las. Como analisa Milton Santos (2008 [2000], p.19), "a imagem de um mercado

avassalador global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas." Falamos na morte do Estado, mas o que nos é dado a ver é o seu fortalecimento para atender aos interesses do mercado cada vez mais internacionalizado.

Milton Santos (2008 [2000]), ainda ao tratar a questão da globalização, apresenta o mundo como "fábula", como "perversidade" e como "possibilidade". Essas imagens nos parecem férteis na medida que podemos pensar a globalização não como lugar dado, sentido, definido e justificado para um desenvolvimento qualitativo das cidades, mas, ao contrário, identificar seu caráter impositivo e a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que suscita. No entanto, sem desqualificar o seu potencial de transformação, em que a convergência da técnica e o aumento do conhecimento em escala planetária também podem servir a outros objetivos e fundamentos sociais e políticos.

Esse potencial de transformação global está diretamente ligado ao paradigma da mobilidade e expõe um paradoxo: por um lado, a conexão técnica e o aumento nas transações financeiras internacionais promovem a capacidade para uma enorme dispersão geográfica e uma maior mobilidade; por outro lado, esses movimentos andam de mãos dadas com as concentrações territoriais que criam zonas de conectividade, centralidade e empoderamento em alguns casos, e de desconexão, exclusão social e inaudibilidade em outros tantos. Não se trata de privilegiar ou desqualificar uma "subjetividade móvel", em que o maior exemplo é o chamado cidadão do mundo, mas, sobretudo, de rastrear o poder dos discursos que operam sobre essas práticas. Neste sentido, ao refletirmos sobre uma racionalidade urbana em choque com o movimento de desterritorialização, inferimos que se trata de uma nova lógica de organização do espaço pensada não apenas no sentido arquitetônico de projetar e prever, mas também para tomar decisões estratégicas. Harvey (2005 [2001]) dá o nome de "empreendedorismo" a essa nova governança urbana. Essa mudança tem a ver com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas, nomeadamente a desindustrialização, o desemprego e uma austeridade fiscal aos níveis global e local. Neste cenário, o discurso torna-se elemento central na formação do consumo da e na cidade. Para compreender as lógicas de produção desses discursos dedicamo-nos a analisar a cidade, concebida em plena era neoliberal, de financeirização da economia, urbanização global e vertiginosa especulação imobiliária, estabele-

cendo uma conexão entre seus contextos.

O discurso em disputa: a cidade do consumo ou o consumo da cidade?

Em outubro de 2018 a manchete do Jornal Público anunciava que *“Comprar uma casa em Portugal custa quase mil euros o metro quadrado”*. Dados no Instituto Nacional de Estatística (INE) indicavam que no Porto e Lisboa os preços dispararam, respectivamente 24,7% e 23,4%, em apenas um ano. Outro dado relevante é o facto de que, no segundo semestre de 2018, todas as cidades portuguesas com mais de 100 mil habitantes registraram uma subida dos preços da habitação. Especialistas chegavam a falar em uma bolha especulativa imobiliária, uma tendência, segundo o Instituto Alemão de Investigação Econômica, em vários países europeus e na América do Norte. Passados dez anos sobre a declaração de falência da Lehman Brothers (e a crise provocada pelo rebotamento da bolha imobiliária nos Estados Unidos da América), essa notícia causa preocupação. Mas o discurso subsequente fala em recuperação do mercado imobiliário. E, segundo os representantes do setor bancário, não há motivo para preocupação: *“Não há razão para falar em excessos no mercado imobiliário e no crédito. Lisboa e Porto já fazem parte de outro mercado, o mercado global”*.

O mercado global seria a justificativa para as alterações impostas no desenvolvimento local. A materialização desse discurso surge na construção de mecanismos de regime jurídico como é o caso do SIGI, acrônimo de Sociedade de Investimento e Gestão Imobiliária, um instrumento criado pelo mercado imobiliário português e que garante o fomento de um alargado leque de setores - imobiliário, consultores, fiscais, revisores de contas, contadores, advogados e serviços financeiros. Mecanismos como esse reforçam a tese da produção capitalista do espaço, excluindo parte da população que não está apta a participar desse jogo especulativo. O espaço globalmente mediado passa não apenas pela competição do mercado, mas também por estratégias fiscais que garantam o lucro indefinidamente. Para concretizar negócios altamente lucrativos, as gestoras de fundos de investimento montam uma construção acionista em cascata na qual fica difícil identificar sua origem. Essa dependência entre governo, empresas e capitalistas de diferentes países, além de marcar simbolicamente a ideia de progresso e desenvolvimento, muito por conta dos avanços no transporte, na comunicação e na informática, também apela para o agravamento das desigualdades, isto porque as mudanças na maneira de consumir alteram as possibi-

lidades e as formas de exercer a cidadania. Isso fica mais claro quando observamos Lisboa e sua transição de uma crise econômica, acompanhada por severas políticas de austeridade para a fase atual de dinamismo econômico, “mas sem conseguir inverter antigas e novas estruturas de desigualdade social e territorial” (Seixas; Tulumelo; Allegretti, 2019, p.221).

Por isso, quando nos deparamos com notícias que colocam a cidade como protagonista de um futuro possível e desejável, em contrapartida, faz-se necessário um olhar mais atento aos movimentos derivados dessas atividades. Ao mesmo tempo em que Portugal é considerado o melhor destino do Mundo e Lisboa a melhor cidade para promover o empreendedorismo e a tecnologia, a Lei de Alojamento (AL) e a entrada de estrangeiros no país causam constrangimentos.

O peso dos alojamentos locais funcionando em bairros centrais como Bairro Alto, Madragoa, Castelo, Alfama e Mouraria, atinge mais de 20% quando comparado à média da cidade que é de 12%. Nestas condições, alguns autores falam do fenômeno *terremoturismo* que ameaça as moradias em Lisboa. E essa corrida ao mercado expõe um longo e produtivo caminho para a especulação. Nas palavras de Elad Dror, CEO da Fortera, uma empresa de promoção imobiliária: *“As coisas estão a andar muito depressa aqui e temos de aproveitar agora porque este ritmo não vai durar sempre”*. Elad Dror é israelita e se mudou para o Porto em 2010, na época da crise financeira em Portugal. Em 2015 fundou, juntamente com Nir Shalom, a Fortera, uma empresa, segundo seus criadores, *“100% portuguesa, mas de capital israelita”*. Este tipo de investimento está em linha com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII) que, ao tratar o Orçamento do Estado (OE) para 2019, criticou as propostas apresentadas pelo Governo que considerou *“injust[as], irresponsáveis[is] e até fruto do ódio ideológico que existe contra proprietários”*. Mas será que o cidadão, proprietário de um imóvel, pode ter suas atividades comparadas aos grandes investidores imobiliários? A universalidade dos discursos impõe uma racionalidade horizontal para o cumprimento das políticas públicas e outra totalmente vertical para os lucros advindos dessas atividades, bem como o acesso a esses empreendimentos.

Colada a este cenário, temos a questão do desembarque de inúmeros brasileiros em Portugal, o que ocasionou o congelamento da emissão de vistos por parte do Consulado Português em São Paulo (Brasil), em virtude da forte procura. Em

2018 aumentaram 34% os pedidos de visto, estamos falando de quase seis mil pedidos, sendo que 61% correspondem a vistos de estudo.

A divulgação de Portugal como um país seguro e em crescimento econômico juntamente com a crise no Brasil explicam essa tendência. Só em Lisboa habitam 35 mil brasileiros. Segundo Cyntia de Paula, presidente da Casa do Brasil, *“os brasileiros de nova vaga, como lhes chamo, com um ano ou dois em solo português, são estudantes, empregados de balcão, proprietários de gabinete de estética, mas também profissionais qualificados que ocupam cargos de topo em empresas, criativos e reformados”*. Podemos atestar essa fala com o número de imóveis vendidos para não-residentes: só em 2017 foram 7,7%, correspondendo a 11,5% do montante total transacionado e com valor médio superior a 50% à média global, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística).

Destacamos dois pontos necessários para refletirmos sobre esse novo cenário português em que o turismo urbano vem afirmando-se claramente como o segmento em maior crescimento no país e, paralelamente, a vulnerabilidade e endividamento das famílias portuguesas face aos aumentos registrados no mercado imobiliário. O primeiro deles é a questão do consumo: a cidadania associada à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los (CANCLINI, 2008 [1995]). Contudo, o tipo de cidadania valorizada na contemporaneidade é a do “cidadão do mundo”. Em outras palavras, atende aos desejos e necessidades do “turista” e excluem o “estrangeiro” que, muitas vezes, é o próprio morador local, instado a essa condição por não participar do processo produtivo e de consumo da cidade. Entre o “turista” e o “estrangeiro” temos uma distinção que se impõe por uma lógica de mercado. Outro ponto destacado é o da mobilidade que é garantida ao sujeito pela sua condição produtiva. Isto significa, mais uma vez, que produção e consumo estão diretamente ligados, e tomamos como exemplo a condição dos brasileiros que são a maior comunidade imigrante em Portugal e a que mais recorre ao programa de apoio ao retorno voluntário da Organização Internacional para as Migrações (OIM) - em 2018 os brasileiros representaram 90% das 684 inscrições totais. Muitos daqueles que recorrem ao apoio desta instituição, o fazem porque não encontram ou não têm uma rede de suporte no país, não conseguem um trabalho fixo que lhes permita estabilizar e encontram-se muito rapidamente numa situação de carência e vulnerabilidade. Nestes termos fica cada vez

mais difícil conciliar interesses econômicos com as demandas sociais, principalmente, pela desigualdade dos debates.

Nestas condições, a disputa por um lugar na cidade se impõe uma vez que os espaços são ocupados de forma distinta pelo morador da cidade, pelo turista que visita a cidade, pelo imigrante que busca refúgio na cidade e pelo investidor que especula com a cidade. Podemos observar esse descompasso no evento promovido pela Cushman & Wakefield intitulado *Welcome to What’s Next* que afirma que o futuro do imobiliário *“terá menos espaços privados para uso exclusivo de cada um e mais espaços comunitários para partilhar com outras pessoas”*. O que isto significa? Como conciliar o desenvolvimento econômico promovido pela mobilidade à fixidez daqueles que habitam e criam os sentidos da cidade?

Entender o espaço que é, ao mesmo tempo, um complexo urbano local e global, habitado por diferentes extratos por meio dos quais coincide o interno e o externo, o velho e o novo, o Estado e o mercado, nos ajuda a promover o diálogo, que nunca será eximido do debate e do embate sobre a cidade do consumo e o consumo da cidade.

O direito à cidade: diálogos, debates e embates

Até aqui podemos concluir que a privatização do solo urbano acarreta a apropriação desigual do espaço. E as questões impostas pela mobilidade - de informação, de bens de consumo, de pessoas e de recursos financeiros - traz um novo elemento para pensar esses espaços. Contudo, como explica João Seixas (2016), as cidades são hoje sistemas decisivos para um mundo obrigatoriamente mais inclusivo, mais sustentável e mais cosmopolita. E Lisboa tornou-se um caso exemplar que exprime todas essas mudanças.

É preciso seguir um passo adiante no sentido de identificar a cidade para o consumo e, de modo congênere, compreender como se dá o consumo da cidade. Se é no consumo que se constrói parte da racionalidade interativa e comunicativa de uma sociedade (CANCLINI, 2008 [1995]), nos falta verificar os discursos do Estado e do cidadão que se encontram em uma condição de submissão ou mesmo apagamento frente aos mecanismos do mercado. Considerando os media como um veículo que confere poder e modifica o ambiente onde este poder é exercido (SILVERSTONE, 2002 [1999]), a importância dos discursos provenientes dos meios de comunicação torna mais complexo esse organismo-

-rede (LEMOS, 2007) que são as cidades. Nesta direção, o discurso assume um papel central na definição do consumo para condição de cidadania a ser conquistada como a realização do direito à cidade.

Durante o período pesquisado, a maioria dos jornais locais traduzia o discurso do mercado, com poucas menções acerca do trabalho do Estado e menos ainda para a condição do morador da cidade. Por exemplo, com a entrada em vigor da nova lei de alojamento local, os periódicos apresentavam sistematicamente as mudanças na legislação mas consideravam pouco o debate sobre as mudanças no valor do arrendamento. Na mesma linha, o discurso sobre as dificuldades de crédito junto aos bancos, como nesta chamada do jornal Expresso: *“redução do peso do financiamento bancário nas compras de habitação face ao nível pré- crise é transversal às várias regiões do país”*, contrastava com o lançamento pela Câmara Municipal de Lisboa de um concurso para mais de 1200 casas com rendas baixas do Programa Renda Acessível (PRA): *“o principal critério de escolha dos concorrentes não é os que investem muito ou pouco. Mas sim os que pedem renda mais baixa”*, em uma franca tentativa de minimizar o problema da habitação em território português.

O embate ficou por conta de algumas manifestações publicizadas de forma tímida, como por exemplo, a notícia dos problemas enfrentados junto ao miradouro de Santa Catarina: *“Turismo massificado e repentino, vida nocturna vibrante, mercado imobiliário a ferver. Em Santa Catarina (e não só), a cidade é posta à prova. Como reage?”* Ao mesmo tempo, temos uma imagem de Portugal amigável ao problema dos refugiados: *“Portugal admitiu acolher até 2019 mais de 1010 pessoas que se encontram em campos de refugiados do Egipto e da Turquia”*. E, junto, algumas notícias mais emblemáticas, dada a gravidade da situação: *“Há quem se aproveite dos preços das casas para ter serviços sexuais. E gente que não consegue sair da prostituição para não ficar na rua”*. O impacto dessas notícias mostrou-se pequeno diante da força que os mercados imobiliários e turísticos adquiriram em escala global. E aqui, fazemos uma ressalva em relação à participação do sistema financeiro, nomeadamente dos bancos, como mediador privilegiado dentro das estratégias que envolvem a produção de conteúdo e a sua distribuição nos canais mediáticos. É o caso do Jornal Expresso que apresentava o seu Caderno Imobiliário patrocinado pelo Banco BPI. Neste ambiente, fica difícil não associar a produção das notícias com

interesses políticos e econômicos.

O diálogo acaba acontecendo por outras vias menos mediáticas e mais interativas. Em outras palavras, as iniciativas criadas para discutir esses temas, ainda que apareçam pouco na mídia, utilizam os canais abertos pela internet para ampliar o diálogo com os diversos públicos. É o caso da deputada Helena Roseta, que dispõe de uma página dedicada ao tema da habitação e sua atuação junto da Assembleia da República. Embora o alcance dos veículos tradicionais de mídia sejam expressivos, a internet surge como um facilitador e, destacadamente, propicia uma interação pouco explorada pelos meios massivos. Isso implica novos modos de participação que superem a descrença na política e nas instituições. Neste sentido, consideramos que cabe ao Estado ir além do papel de árbitro entre interesses conflitantes: é necessário posicionar-se frente às emergências sociais. E, corroborando a noção de direito à cidade apresentada por David Harvey (2013), saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamento com a natureza, estilos de vida, tecnologia e valores estéticos nós desejamos. É por conta disso que o direito à cidade tem que ser entendido como um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização.

Considerações finais

Para além do aumento do turismo, da regulamentação do alojamento local (AL) e das migrações, o que nos parece relevante para finalizar esse trabalho é a ideia da cidade como partilha do comum. Acreditamos ter aqui uma chave de leitura para atualizar o tema sobre o direito à cidade que não passe, necessariamente, pela lógica da produção mercantil e por uma racionalidade empresarial (empreendedora) do Estado. O comum representa a lacuna entre o espaço público e o espaço privado. E para promover esse ambiente comum, na esteira do que assevera Harvey (2013), faz-se necessário a descentralização das decisões e a busca de uma comunicação comum entre os movimentos sociais e a periferia. Muniz Sodré (2014) apregoa que quando as pessoas ocupam os mesmos espaços, as discriminações são abolidas pelas práticas, pelo afeto, pelas relações. Concordamos que a questão do espaço tem consequências práticas. Por isso, o direito à cidade está além do estabelecimento da lei e

suas institucionalidades, encontrando-se em suas práticas cotidianas. Essa categoria de espaço feita pelo autor pode e deve ser pensada em termos de comunicação e sua importância reside na quebra de um vínculo produtivo e de consumo com o mercado privado. A comunicação, neste sentido, deve ser entendida não somente como linguagem e mais no sentido de vínculos comunitários.

Com a descentralização dos poderes institucionais, incluindo a construção de uma policentralização espacial que se organiza em rede, temos a chance de incluir diferentes movimentos sociais (institucionalizados e não institucionalizados) no debate. O resultado objetiva uma democracia participativa como alternativa a uma democracia representativa.

A ideia de que vivemos num mundo único é reforçada pelo sentimento de interdependência. De facto, nos parece, vivemos no quintal do vizinho. Contudo, diante de uma realidade na qual as concentrações urbanas e o capital se converteram em sinónimos (Lefebvre, 2001[1968]; (Harvey, 2005 [2001]), torna-se necessário reconhecer que para existir um capitalismo sob dominância financeira é necessário criar instituições internacionais com carácter de Estado. Nesta lógica, quando os financeiros se tornam dominantes e quando os que deveriam ser regulamentados capturam o aparelho regulador do Estado, a indignação popular continuada é essencial para restabelecer o equilíbrio (Harvey, 2005). E para isso é preciso mais do que conhecer os mecanismos por trás dessas dinâmicas, é necessário saber interpretar esses mecanismos com as mesmas ferramentas que lhes dão sustentação.

Portanto, o papel central das relações sociais que se realizam e se desenvolvem no espaço urbano, até em cada gesto, na vida cotidiana dos atos de habitar e dos usos dos lugares da cidade, dá-se pela prática social conjunta. A tese que direciona esta reflexão está fundada na ideia de que a disputa por um lugar na cidade trata das suas projeções, nos desejos, nas condições e nos processos envolvidos na (re)produção, (re)forma e (re)qualificação do espaço urbano. A perversão está na concentração e na centralização da economia e do poder político, agravadas pelo excesso de informação, acirrando, assim, as desigualdades entre países e classes sociais, bem como da opressão e desintegração do indivíduo (SANTOS, 2014 [1988]).

Os estudos de comunicação, no que concerne a importância dos discursos, e do consumo, considerando a apropriação da cidade (usos/trocas/

experiência estética), reforçam a importância de interpretarmos a cidade desde as dinâmicas humanas. Estas se revelam tanto na transformação qualitativa do espaço habitado quanto na vasta anarquia mercantil (SANTOS, 2014), na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação de seu valor vem de uma luta sem trégua entre os vários tipos de capital. Se a urbanização desempenha um papel fundamental no reinvestimento dos lucros a uma escala geográfica crescente, há necessidade de se voltar a atenção para um novo tipo de direito humano: o direito à cidade. Neste ponto da história, concordamos com Harvey (2013), essa tem que ser uma luta global, predominantemente contra o capital financeiro, pois essa é a escala em que ocorrem hoje os processos de urbanização. Unificamos essa luta com a adoção do discurso sobre o direito à cidade como slogan e como ideal político.

Notas Bibliográficas

- Andrade, V. (2018), “Crédito da banca só para 1/3 das casas”, *Jornal Expresso*, Caderno Economia.
- Aníbal, S. (2018), “Novo alerta de bolha especulativa imobiliária em Portugal”, *Jornal Público*, Caderno Habitação.
- Antunes, C., Silva, G. R. (2018), “Lisboa vai criar novas regras de alojamento local em 180 dias”, *Jornal Expresso*, Caderno Economia.
- Baptista, A. (2018). “Lisboa lança concursos para mais de 1200 casas com rendas baixas. *Jornal Expresso*, Caderno Economia.
- Baptista, A. (2018), “Orçamento do Estado é injusto e tem lacunas”, *Jornal Expresso*, Caderno Economia, Patrocinado por BPI Expresso.
- Baptista, A. (2018), “Porto alvo de investimento israelita de €200 milhões. *Jornal Expresso*, Caderno de Economia.
- Caetano. E. (2018), “Qual bolha? Banqueiros dizem que dificilmente os preços das casas irão descer em Lisboa e Porto”, *Jornal Observador*, Caderno Economia, Sessão Mercado Imobiliário.
- Canclini, N. G. (2008[1995]), “Consumidores e Cidadãos”: conflitos multiculturais e globalização, 7a ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- Crisóstomo, P. (2019), “Casas compradas à Fidelidade são controladas a partir das ilhas Caimão”, *Jornal Público*, Caderno Economia, Sessão Offshores.
- Fortuna. C. (org.) (2001[1997]), “Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia”, Oeiras, PT: Celta Editora.
- Francisco, S. (2018), “Nova lei do alojamento

local entre em vigor a 22 de outubro. O que muda? Diário de Notícias, Caderno Poder.

- Harvey, D. (1989), "The Condition of Post-modernity: an enquiry into the origins of cultural change", Cambridge, Massachusetts: Blackwell Published.

- Harvey, D. (2005[2001]), "A produção capitalista do espaço", São Paulo: Annablume.

- Harvey, D. (2012[2008]), "The right to the city", *The New Left Review*, n. 53, Tradução Jair Pinheiro (2012), "Lutas Sociais", São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul/dez.

- Henriques, J. G., Manso, M. (2019), "Joziana e Wolner só sonham regressar ao Brasil e começar tudo de novo", *Jornal Público, Caderno Sociedade, Sessão Imigração*.

- _____ (2013), "O direito à cidade: a qualidade de vida urbana virou uma mercadoria." Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura - desde que se tenha dinheiro para pagar, *Tribunal livre da luta de classes, Revista Piauí*, ed. 82, jul.

- _____ (2014), "Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana", São Paulo: Martins Fontes.

- Leal, L. (ed.). (2014), "A comunicação não é um sistema de linguagem, e sim um sistema de organização do comum", *Entrevista com Muniz Sodré*, *Rev. Ecopós: comunicação e gosto*, v. 17, n. 3, entrevista.

- Lefebvre, H. (2001[1968]), "O direito à cidade", São Paulo: Centauro.

- _____ (1969), "A vida quotidiana no mundo moderno", Lisboa: Editora Ulisseia.

- _____ (2011), "A cidade do capital", Rio de Janeiro: DP&A.

- Lemos, A. (2007), "Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais", *Rev. Matrizes*, n. 1, pag. 121-137, out.

- Lusa, M. A. (2018, dezembro 2), Marcelo congratulou-se com 16 "óscares" do Turismo atribuídos a Portugal. *Jornal Público, Caderno Sociedade, Presidente da República*.

- Margato, D. (2018), "Nacionalização de brasileiros aumenta 37%", *Jornal de Notícias, Caderno Nacional, Sessão primeiro plano*.

- Matias, K. N. C. (2016), "Henri Lefebvre e a dialética da tríade: considerações sobre a produção social do espaço", *Rev. Norus: novos rumos sociológicos*, v. 4, n. 6, jul/dez.

- Mateus, C., Bourbon, M. J. (2018), Web Summit. Paddy ajudou a criar pelo menos dois mil empregos em Portugal, *Jornal Expresso, Caderno de Economia*.

- Marques, P. V. (2018). Quartos arrendados

por sexo. Sexo para pagar rendas. Como as rendas caras aumentam a prostituição, *Diário de Notícias, Caderno Habitação*.

- Mateus, J. N. (2018), "Economia da partilha promete revolucionar também o imobiliário", *Jornal Expresso, Caderno Economia, Sessão Imobiliário*.

- Miranda, E. (2019), "Imobiliário: SIGI(lo) é a alma do negócio", *Jornal Expresso, Caderno Economia*.

- Pereira, A. C. (2018), "Portugal disponível para receber mais refugiados da Grécia", *Jornal Público, Caderno Sociedade*.

- Pereira, M. (2018), "Não residentes compraram quase 8% dos imóveis vendidos em Portugal", *Jornal de Notícias, Caderno Economia*.

- Pincha, J. P. (2018), "Em Santa Catarina, Lisboa enfrenta os seus monstros", *Jornal Público, Caderno Local, Reportagem*.

- Pinto, L. (2018), "Comprar uma casa em Portugal custa quase mil euros o metro quadrado", *Jornal Público, Caderno Habitação*.

- Santos, C. R. S. (2006), "Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço", *Cidades*, v. 3, n. 5, p. 111-122.

- Santos, M. (2008[2000]), "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal", Rio de Janeiro: Record.

- Santos, M. (2014), "Metamorfose do espaço habitado", 6a. Ed, 2a. reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Soares, M. G. (2018), "Consulado congela pedidos de brasileiros", *Jornal Expresso, Caderno Política*.

- Seixas, J. (2016), "Dez teses sobre o centro histórico de Lisboa", *Diário Público*, 08.08.2016. <https://www.publico.pt/2016/08/08/local/opiniaio/dez-teses-sobre-o-centro-historico-de-lisboa-1740575> acessado em 10.03.2019.

- Seixas, J.; Tulumello, S.; Allegretti, G. (2019), "Lisboa em transição profunda e desequilibrada, Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital", *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 44, pag. 221-251, jan/abr.

- Silverstone, R. (2002[1999]), "Por que estudar a mídia?", São Paulo, Brasil, Edições Loyola.

- Urry, J. (2007), "Mobilities", Cambridge, UK: Polity Press.